

# Geografia eleitoral e análise espacial do voto das eleições para governador de 1986 no Paraná

Márcia da Silva<sup>1</sup>, Elisa Pinheiro de Freitas<sup>2</sup> e Daniel Galuch Junior<sup>3</sup>

## RESUMO

A espacialização do voto dos candidatos ao governo do Paraná nas eleições de 1986 está descrita e analisada neste texto, que tem como base teórica a Geografia eleitoral e suas possibilidades de análise do voto pelo espaço, fato que se verifica a partir do estudo de um conjunto de mapas sobre o desempenho dos candidatos dessa eleição. Além disso, averiguam-se aspectos relativos ao eleitor, como o percentual de abstenções e a distribuição dos votantes por classe de tamanho em todo o estado. Álvaro Dias e Alencar Furtado se destacaram no pleito, sendo o primeiro eleito. Os demais candidatos obtiveram percentuais muito abaixo desses dois, mas contribuíram para a dinamização e democratização do voto. O texto está dividido em duas partes: a que discorre sobre a Geografia Eleitoral e suas possibilidades de análise pelo espaço e a que apresenta o cenário do Brasil em 1986, com o processo de redemocratização, as eleições para governador e a espacialização geográfica do voto no Paraná.

**Palavras-chave:** Eleições; Espacialização do voto; Geografia Eleitoral; Leituras do território; Paraná.

---

<sup>1</sup> Márcia da Silva é professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. E-mail: marcia.silvams@gmail.com

<sup>2</sup> Elisa Pinheiro de Freitas é professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: elisa.freitas@uftm.edu.br

<sup>3</sup> Daniel Galuch Junior é Analista Judiciário do TRE-PR, lotado na Seção de Gestão Documental, Memória Institucional e Biblioteca do TRE-PR. É graduado em Direito e Geografia, ambas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pós-graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: danielgj@tre-pr.jus.br.

## ABSTRACT

The spatial distribution of votes for the candidates in the 1986 Paraná gubernatorial election is described and analyzed in this text, which is theoretically grounded in Electoral Geography and its analytical possibilities of interpreting voting through space. This is demonstrated through the study of a series of maps showing the candidates' performance in that election. Additionally, aspects related to the electorate are examined, such as the percentage of abstentions and the distribution of voters by municipality size across the state. Álvaro Dias and Alencar Furtado stood out in the race, with the former being elected. The other candidates obtained significantly lower percentages but contributed to the dynamization and democratization of the vote. The text is divided into two parts: one discussing Electoral Geography and its spatial analytical possibilities, and another presenting the Brazilian context in 1986, including the redemocratization process, the gubernatorial elections, and the geographical spatialization of voting in Paraná.

**Keywords:** Elections; Spatial distribution of votes; Electoral Geography; Territorial interpretations; Paraná.

## Introdução

Este texto apresenta a espacialização do voto dos candidatos ao governo do Paraná nas eleições de 1986. Como sustentação teórica, na primeira parte, discorre-se sobre a Geografia Eleitoral e suas possibilidades de análise pelo espaço. Na segunda parte, realiza-se uma análise a partir de um conjunto de mapas que cartografam os resultados dessas eleições, candidato por candidato, do mais ao menos votado, além de mapas que apresentam o percentual de abstenções, a distribuição dos votos por classe de tamanho e a distribuição dos votantes por classe de tamanho em todo o estado.

Nas eleições de 1986, os candidatos que obtiveram maior número de votos, como Álvaro Dias e Alencar Furtado, já possuíam uma trajetória política em suas respectivas bases eleitorais. Álvaro Dias, ainda antes de se lançar candidato, projetou-se como deputado estadual e, na sequência, como deputado federal, sempre pelo PMDB, o maior partido político pós regime civil-militar. Já os demais candidatos não possuíam as mesmas condições de expressividade político-partidária, sendo os votos recebidos por eles resultantes, prioritariamente, desse processo.

Os procedimentos metodológicos, por fim, fundamentaram-se na tabulação de dados brutos disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, na elaboração dos mapas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e na análise e redação dos textos pelo Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES), do curso de Geografia da Unicentro de Guarapuava, também no Paraná.

O texto está dividido em duas partes: a que discorre sobre a Geografia Eleitoral e suas possibilidades de análises pelo espaço, e a que apresenta o cenário do Brasil em 1986, com o processo de redemocratização, as eleições para governador e a espacialização geográfica do voto no Paraná.

## **Geografia eleitoral e suas possibilidades de análises pelo espaço**

A relação entre espaço e representação política está entre as agendas temáticas que constituem a Geografia Eleitoral, uma subárea da Geografia Política que objetiva compreender de que maneira a organização socioespacial influencia o comportamento eleitoral, como explicaram Cox (1969), Agnew (1996) e Castro (2005).

Sendo assim, o objeto central da Geografia Eleitoral são as eleições, consideradas inicialmente como “ato de eleger, escolher, por sufrágio, para ocupar um cargo, posto ou desempenhar determinada função” (Houaiss e Villar, 2001, p.1108), sendo sua sustentação ancorada na Geografia Política, cujo fundamento está na obra de Ratzel (1844-1904), em especial em *Politische Geographie* de 1897.

Uma das primeiras definições de Geografia Eleitoral está em Small e Witherick (1992, p. 185), “[...] estudo dos aspectos espaciais da organização e dos resultados de uma eleição”.

Para Valcárcel (2000), com a perda de hegemonia do Estado para outras instituições e escalas da realidade posta, esse passa a ser um marco também para redefinições nas análises da Geografia Política. Antes disso, porém, cabe destacar que as obras de Siegfried (1913), Sauer (1918) e Cox (1969) foram pioneiras na temática específica da Geografia Eleitoral.

Cox (1969), por exemplo, apresenta componentes do espaço que podem ter participação na rede de informações que influenciam o

eleitor: a) a estrutura social (efeito de grupo religioso, associações ou classe social); b) a maioria social (“efecto vecindario”); c) o efeito de amigos e vizinhos (informações de determinado candidato ou partido a partir das relações sociais próximas); d) o efeito do deslocamento de imigrantes; e) a proteção local (temas que sejam de interesse em comum de categorias ou comunidades).

Para Cunha e Martins (2017), esse enfoque apresentou evidências da ligação entre as variáveis correlacionadas, mas recebeu críticas devido à generalização no processo de seleção dos votantes, não se levando em conta a individualidade dos eleitores. Esse fator, sem dúvida, revela a complexidade existente em um processo que envolve uma decisão individual, o voto, e uma confirmação coletiva, a eleição pela maioria.

As obras [desses autores] permitem perceber uma dupla possibilidade de estudos para a Geografia Eleitoral: (1) a comparação entre distribuição dos votos e fatores socioeconômicos distribuídos no espaço que podem influenciar nos votos; (2) os estudos das formações dos distritos eleitorais e na distribuição dos cargos políticos mediante o número de eleitores (Cunha e Martins, 2017, p. 44).

Essas duas propostas continuam sendo utilizadas, juntamente com outras surgidas com o aprofundamento da temática das eleições para a Geografia, a exemplo de Sanguin (1981), que entende o voto como a resposta do cidadão para as políticas públicas nas diferentes escalas territoriais a partir de processos do seu entorno.

Um primeiro tópico de interesse é o estudo das razões espaciais que induzem um determinado governo a escolher um certo método de votação e a traçar os limites dos círculos eleitorais. A segunda questão é descobrir quais fatores contribuíram para o resultado final. Por fim, a resposta dos governos aos resultados das eleições nos permite avaliar o eventual impacto sobre o meio ambiente de tal decisão pós-eleitoral. (Sanguin, 1981, p. 110).

Já para Sendra (1981, p. 285) o marco temporal e analítico de renovação ocorrida na Geografia Eleitoral ocorreu a partir do desenvolvimento da Geografia Quantitativa, ou seja, “[...] meados da década de 1960, quando, como em muitas outras disciplinas

geográficas, a geografia eleitoral passou por uma completa revisão metodológica e técnica.”.

Nesse sentido, para o autor, é com a abordagem behaviorista que essa renovação ocorre teoricamente, com o objetivo de superar as abordagens mais elementares, superficiais e positivistas da Geografia Quantitativa, que influenciou a Geografia Eleitoral.

Sendra (1982) contribui para esta subárea, ainda, com outra importante abordagem concebida como método, qual seja, a utilização da análise ecológica, que busca fazer a correlação direta entre o comportamento eleitoral e os dados socioeconômicos de um determinado território.

Como resultado de aspectos semelhantes a estes, a corrente denominada como análise espacial é aquela predominante na história da Geografia Eleitoral no século XX. Aspectos como distância, forma, direção e posição tornaram a geometria e o movimento a essência deste campo da Geografia (Pattison, 2007; Johnston, 2009).

Por outro lado, concepções como essa foram acusadas de serem positivistas, fortalecer o *status quo*, de apresentar apego exagerado a dados estatísticos e de serem altamente empiristas, sem desenvolver teorias sociais de grande apelo (Johnston, 2002).

Flint e Taylor (1980), por sua vez, defendem que a Geografia Eleitoral deveria pensar nas eleições dentro da estrutura do sistema-mundo capitalista, revelando que os supostos benefícios da democracia liberal nunca seriam plenamente transferidos para a periferia. Poucos trabalhos em Geografia Eleitoral são frutos dessa influência, como o de Duncan (1991), sobre a geografia do suporte nas eleições em 2001, que explica a ascensão do partido nazista na Alemanha (Azevedo, 2023). Mesmo assim, esta obra pode ser considerada aquela de maior impacto da corrente crítica na Geografia Eleitoral.

Em relação aos estudos de Geografia Eleitoral no Brasil, de acordo com Terron (2012), eles são bastante recentes. O motivo pode estar relacionado ao fato de que o processo de redemocratização no país ainda é emergente. A primeira eleição para presidente e para as casas legislativas, após o regime civil-militar, ocorreu a partir do final da década de 1980.

Todavia, historicamente, o campo de pesquisa com foco na associação entre espaço e comportamento eleitoral remonta aos primeiros decênios do século XX, com os geógrafos franceses. Conforme Terron (2012, p. 10) mostrou, a obra de Siegfried (1913), intitulada

“Imagem Política do Oeste da França sob a Terceira República”<sup>1</sup>, relacionou o tipo de solo com a orientação política do voto na região oeste da França.

A metodologia desenvolvida pelos geógrafos franceses para aferir o comportamento eleitoral a partir da organização socioespacial influenciou geógrafos, cientistas políticos e sociólogos de países de língua francesa.

O desenvolvimento da Geografia Eleitoral nos países de língua inglesa, com destaque para os EUA e Inglaterra, data da década de 1940 e coincide com avanço da *New Geography*, ou seja, com a renovação teórica-quantitativa da Geografia e as análises espaciais baseadas em dados matemáticos e estatísticos.

Entre 1960 e 1970, a preocupação dos geógrafos com a questão eleitoral era compreender as relações de vizinhança, a contiguidade e as interações sociais no resultado eleitoral em âmbito local e regional.

Na década de 1980, segundo a observação de Terron (2012), já era possível distinguir duas linhas básicas de pesquisa no campo da Geografia Eleitoral: uma que entendia que as redes de interação social (amigos e vizinhos) influenciavam o comportamento eleitoral e outra que compreendia que o espaço vivido, mais do que as interações sociais, exercia maior influência no resultado eleitoral.

Em resumo, pode-se entrever que:

[...] o efeito de vizinhança, a influência das redes sociais, e o impacto do contexto geográfico sobre a decisão do eleitor constituem as bases da discussão conceitual da geografia eleitoral que ressurgiu em meados da década de 1970 (Terron, 2012, p. 13).

Na contemporaneidade, a representação cartográfica, baseada em áreas, possibilita que os dados eleitorais, por exemplo, possam ser agregados em unidades territoriais. Assim, a análise espacial constituiu-se em um conjunto de ferramentas à disposição dos cientistas sociais, possibilitando a investigação e a mensuração dos padrões espaciais e a relação entre esses padrões.

Contudo, apesar do potencial que a Geografia Eleitoral e seus instrumentos teórico-metodológicos possuem para compreender o

---

<sup>1</sup> Tradução livre de *Tableau Politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République*

comportamento eleitoral, no Brasil, a produção de estudos e pesquisas ainda é incipiente.

Por essa razão, faz-se necessário que mais estudiosos se debruçam sobre essa subárea tendo em vista a quantidade de dados que precisam ser mobilizados, sistematizados e analisados, uma vez que:

A geografia eleitoral pode revelar ao pesquisador a constituição de territórios eleitorais e conexões entre atores políticos e suas bases eleitorais; ao político pode fornecer informações relevantes para as estratégias de campanha; e para o cidadão pode se converter num instrumento de fiscalização dos representantes do “seu território” (Terron, 2012, p. 17).

Nesse sentido, as potencialidades da geografia eleitoral aumentaram consideravelmente, em especial pela sobreposição de três fatores, de acordo com Carvalho e Santos (2015):

(a) o crescimento da base de dados eleitorais de diferentes países, especialmente no Brasil, com a qualidade e difusão dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Portal da Transparência;

(b) o avanço nas tecnologias de georreferenciamento, com softwares gratuitos e de mais fácil manuseio e;

(c) as novas técnicas de metodologia quantitativa, que permitem análises mais acuradas sobre a relação espaço e voto, para além do método cartográfico.

Também deve ser de interesse dos pesquisadores do campo da Geografia Eleitoral o entendimento de como se deu, ao longo da história, o desenvolvimento de sistemas de representação política.

A democracia, forma de governo que pressupõe a participação do povo nas decisões políticas de uma dada sociedade e cuja origem remonta à formação da Grécia, é, na contemporaneidade, o padrão adotado na maior parte dos países capitalistas.

Cumprir informar que os sistemas de representação política estiveram vinculados aos modos como os conflitos entre os distintos segmentos sociais que formam as sociedades eram conduzidos e ordenados. Assim, a distribuição de poder no interior das organizações sociopolíticas constituía-se em um mecanismo para evitar o primado da guerra de todos contra todos e possibilitar maior estabilidade aos regimes políticos.

Em seu clássico *Os Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1517), Nicolau Maquiavel demonstrou que a República

Romana, fundada na autonomia do povo romano, se manteve politicamente estável por quatro séculos em razão da criação de um sistema de distribuição de poder no qual os diferentes grupos sociais eram representados: “[...] e assim se criaram os tribunos da plebe, tornando-se assim mais estável o estado daquela república, visto que as três formas de governo [optimates, principado e popular] tinham sua parte” (Maquiavel, 2007, p. 19).

Com o advento do período moderno, a transição do feudalismo para o capitalismo reverberou no sistema de representação política, sobretudo no âmbito da Europa Ocidental. A monarquia absoluta passou a ser amplamente contestada pela burguesia emergente, que exigia maior participação política.

Neste contexto, a Revolução Inglesa do século XVI inaugurou um regime político que combinou os interesses da aristocracia com os da burguesia, cuja expressão se configura no estabelecimento de uma monarquia constitucional.

A Revolução Francesa, de 1789, aprofundou a participação das classes sociais alijadas durante o Ancien Régime nos sistemas de representação da república francesa. O liberalismo econômico passa a ser articulado com a liberdade dos indivíduos em escolher os seus respectivos representantes políticos.

Se, no sistema feudal, o monarca absoluto era o soberano e o povo vivia na condição de súditos, essa lógica se inverte a partir da adesão aos ideais da revolução de 1789, que preconizava, dentre outros princípios, a igualdade entre homens perante a lei.

A reivindicação dos povos pelo direito de escolher seus representantes políticos marcará o advento da democracia liberal, que terá no modelo estadunidense uma fórmula passível de ser replicada em outras partes do mundo.

Como explicou Castro (2005), os sistemas eleitorais podem ser de dois tipos, a saber: majoritários e proporcionais. A adoção desses dois modos de sistemas eleitorais dependerá dos aspectos que singularizam as diferentes sociedades. No entanto, observa-se que, na prática, os países empregam sistemas eleitorais mistos, ou seja, que articulam características dos modos majoritários e proporcionais. Os sistemas eleitorais majoritários:

[...] caracterizam-se pelo princípio que lhes é comum: no território definido como circunscrição, colégio ou distrito eleitoral, os votos dos eleitores são

convertidos em assentos parlamentares. Elegem-se os partidos ou candidatos que obtiverem maior volume de votos até que seja completada a representação parlamentar, sendo desprezados os votos dos demais partidos e candidatos (Castro, 2005, p. 150).

### Nos sistemas eleitorais proporcionais:

[...] cada um dos diferentes partidos políticos têm uma participação percentual na totalidade da representação parlamentar, o que lhes possibilita participar na formação do governo (se o governo for parlamentar) ou no controle sobre ele (se o governo for presidencial). Tanto a participação como o controle são proporcionais ao percentual da distribuição das preferências do corpo eleitoral, materializadas em votos (Castro, 2005, p. 151).

Tendo por base essas especificidades que moldam cada um dos sistemas eleitorais, depreende-se, por exemplo, a aderência do Brasil ao sistema proporcional. Já os EUA e a Inglaterra adotaram o sistema majoritário. Verifica-se na França e na Austrália, um sistema eleitoral mais complexo, por articular aspectos de ambos os sistemas, podendo ser qualificado como sistema misto.

A ausência de pesquisas que considerem o espaço geográfico como condicionante dos processos eleitorais, de acordo com Azevedo (2023), é resultado do pequeno interesse dos geógrafos brasileiros nesse campo, mais especificamente, em buscar explicar o que motiva alguém a sair de casa para votar quando seu voto é diluído entre milhões, tendo pouco efeito direto no resultado, e o que leva alguém a escolher um candidato ou partido e não outro.

O autor argumenta, ainda, que o enfoque dos estudos e pesquisas permanece altamente concentrado em seu efeito composicional.

[...] o que aqui denominamos como geografia eleitoral fraca, enquanto qualificamos o contextual como forte. Os adjetivos “fraca” e “forte” não são hierárquicos, mas posicionam o espaço geográfico, respectivamente, como efeito de correlação ou de causalidade. No primeiro caso, a cartografia do voto em suas múltiplas escalas e técnicas geoestatísticas nos revela dinâmicas importantes dos ciclos eleitorais, tornando-se fundamentais para levantar questões e compreender padrões revelados. Já a geografia eleitoral “forte” busca compreender o espaço geográfico como um elemento explicativo do

fenômeno, em uma relação de possível causalidade (Azevedo, 2023, p. 10, grifo nosso).

O uso do espaço como contexto, no entanto, “revela que o voto não é fruto de uma simples decisão racional individual do eleitor, mas é balizada por condições socioespaciais específicas” (Azevedo, 2023, p. 16).

Além da localização de moradia, da distância e do efeito vizinhança, outras pesquisas apontam também a relação entre tamanho territorial e demográfico com abstencionismo e disputas intra e interpartidárias (Azevedo, 2023).

Em termos de escala analítica, tanto com o uso do espaço como efeito composicional quanto como efeito contextual, Azevedo (2023) afirma, com base em revisão narrativa, que há um predomínio da escala nacional nas análises eleitorais (83%). É escassa a produção em escala estadual e, especialmente, na municipal – lacunas que urgem ser supridas, a exemplo de Augusto e Silva (2021).

Por fim, diante do que foi exposto nesta introdução sobre a Geografia Eleitoral e seu desenvolvimento no tempo e no espaço, reforça-se que se trata de um campo de pesquisa ascendente no âmbito do Brasil e da América Latina.

E, mais do que nunca, a partir da ampla difusão do meio-técnico-científico-informacional, os resultados eleitorais, em cada parte do mundo, podem ser compreendidos a partir da interação entre os diferentes atributos que singularizam os territórios, tais como localização, vizinhança, densidade demográfica, instituições, entre outros fatores. Isso torna a Geografia Eleitoral uma subárea de grande relevância para os estudos voltados para o comportamento eleitoral.

### **Discurso político no Paraná: processo de redemocratização do Brasil e industrialização e urbanização do Estado**

Durante o processo de redemocratização do Brasil, em 1986, ocorreu a eleição para governador após recadastramento com informatização do cadastro eleitoral, o que proporcionou um aumento do sufrágio. Vale destacar também que esta foi a primeira eleição a facultar o direito ao voto para os analfabetos.

Conforme Magalhães (2001), no Paraná, a eleição de 1986 foi marcada por uma disputa entre candidatos de centro-esquerda.

Entretanto, a coligação de oposição estava repleta de representantes que exerceram cargos na ditadura militar.

A coligação PMDB/PND, com Álvaro Dias e Ary Queiroz, contou com o apoio do então governador José Richa. Já a coligação PMB/PDT/PFL/PJ lançou José Alencar Furtado e Jaime Lerner, representando uma frente de oposição. O PT disputava sua segunda eleição para esse cargo, lançando, dessa vez, o professor universitário Emmanuel Appel.

Além dos principais candidatos, participaram candidatos de partidos menores que, com pouca estrutura, representavam diferentes ideologias e a pluralidade política da redemocratização. Esses partidos, como o Humanista, o Municipalista Comunitário, o Social Cristão e o Democrata Cristão, ofereciam agendas específicas, embora com chances reduzidas. Na década de 2020, muitos desses partidos já haviam sido extintos ou se fundiram com outras legendas.

Outro ponto essencial dessa eleição é um componente nacional, de ordem econômica, marcado pelo Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, pouco antes das eleições. Esse plano congelou preços e foi uma tentativa de conter a inflação galopante, o que gerou grande impacto nas campanhas eleitorais. O PMDB, que estava alinhado com o governo federal e apoiou o Plano Cruzado, conseguiu capitalizar parte da popularidade desse programa econômico, o que contribuiu para o sucesso eleitoral em vários estados. Isso deve ser considerado nesta eleição, pois apenas o Estado de Sergipe não elegeu governador do PMDB.

Os 21 anos de governo civil-militar levaram o Brasil a uma brutal dívida externa, inflação acima dos dois dígitos, profundas desigualdades socioespaciais, entre outros inúmeros problemas. A aspiração do Estado autoritário-burocrático de tornar o Brasil uma potência regional não se realizou em sua plenitude.

A operacionalização do território, tornando-o mais fluido com a expansão da malha rodoviária, a metamorfose do Centro-Oeste em soja, cana e boi e a consolidação do Sudeste como pólo tecnológico não foram suficientes para melhorar a vida da população brasileira (Freitas, 2023).

Nesse contexto de transformações estruturais, o Paraná viveu, nesse mesmo período, um intenso processo de êxodo rural e municipalização, caracterizado por uma expressiva migração da

população do campo para as cidades. Esse fenômeno foi impulsionado por diversos fatores, como a mecanização agrícola, os incentivos à industrialização e a busca por melhores condições de vida nas áreas urbanas.

Um exemplo emblemático dessa mudança foi a transição da cafeicultura para a cultura da soja e da pecuária. Conforme destaca Oliveira (1999, p. 36), "os efeitos da cultura da soja sobre a urbanização e a industrialização foram enormes. A intensa mecanização do cultivo e a colheita do produto levou à dispensa de um número enorme de trabalhadores rurais (...) Não é por acaso que a população urbana paranaense finalmente ultrapassa a rural ao final da década de 1970".

Toda essa transição econômica e social teve impactos diretos na população e nas instituições locais.

A edição de 17 de junho do periódico *Correio de Notícias* trouxe uma declaração do ex-diretor geral do TRE-PR, Ivan Gradowski, que destacou a redução do número de eleitores em municípios como Paranavaí, Matelândia e Porecatu, reflexo do êxodo rural causado pela substituição das lavouras de café e rami por soja e trigo.

Segundo Gradowski:

Existiam fazendas na região desses municípios que operavam com cerca de 1.500 famílias. Com as sucessivas geadas, as culturas de café e rami, que exigiam grande mão de obra, foram substituídas por lavouras de soja, trigo e até mesmo pela pecuária, que demandam pouquíssimos trabalhadores. (*Correio de Notícias*, 17 jun. 1986).

Embora o Brasil, entre 1970-1980, tenha registrado um crescimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), essa riqueza não foi distribuída socialmente. O que se observou foi um aprofundamento das disparidades regionais e o empobrecimento da classe trabalhadora.

Os elevados custos de vida nas grandes metrópoles brasileiras e a pobreza dos trabalhadores do campo engendraram condições favoráveis para a contestação do regime civil-militar e pavimentaram o caminho para o advento da 6ª República, que se consolidou com promulgação, em 1988, da Carta Cidadã.

É sob esse contexto que se nota que os candidatos alinhados aos princípios democráticos e em consonância com a Constituinte terão

maior apoio popular e vencerão os pleitos para as eleições majoritárias, como a de governador.

### **Cronologia da desfiliação de Alencar Furtado do PMDB, convenções municipais e campanha eleitoral**

José de Alencar Furtado foi deputado federal entre 1971 a 1977, quando teve seu mandato cassado em 30 de junho pelo regime militar, devido à sua atuação combativa como líder da bancada do MDB e membro do grupo dos "Autênticos" (ala do MDB com convicções de esquerda).

Privado de seus direitos políticos, apoiou a candidatura de seu filho, Heitor Alencar Furtado, que foi eleito deputado federal em 1978. Tragicamente, Heitor foi assassinado por um policial militar em Mandaguari, durante a campanha eleitoral de 1982, um evento que abalou profundamente o cenário político paranaense. Nesse mesmo ano, Alencar Furtado se elegeu deputado federal pelo PMDB para mandato que se encerrou em janeiro de 1987.

Para imprensa política especializada, noticiada no Diário de Notícias, edição 1376, de 23 de janeiro de 1986, o candidato a governador pela oposição seria Jaime Lerner, que havia sido muito bem votado nas eleições municipais de Curitiba alguns meses antes.

Contudo, após dois meses de conflito interno vivido pelo PMDB, em abril de 1986, Alencar Furtado deixou a agremiação, transformando-se ele próprio no candidato a governador pelo grupo oposicionista. Ele acusou o PMDB de se descaracterizar, tanto regional quanto nacionalmente, desviando-se de seus princípios históricos e "enrolando as bandeiras populares".

Além disso, criticou o partido por adotar práticas que considerava uma "ditadura partidária" na escolha dos delegados da base. Furtado também alegou que o governador José Richa, do Palácio Iguaçu, interferiu diretamente na definição dos candidatos aos cargos majoritários e proporcionais, impondo decisões à legenda. Outra acusação levantada por ele foi a omissão do governo diante de denúncias de corrupção que, segundo afirmou, foram ignoradas por Richa.

No comício de sua filiação ao Partido Municipalista Brasileiro (PMB), foi criada a Frente de Oposições, composta por diversas siglas, incluindo PFL, PDT, PDS, PDC, PSC, PMB, PMC, PJ e PL.

O evento contou com a presença de importantes figuras políticas, como Paulo Pimentel, Jaime Lerner, Luiz Alberto de Oliveira (deputado e então presidente do PDS) e Fabiano Braga Cortes (presidente regional PFL).

Preliminarmente, Richa já havia dado entrevista, em março, no *Correio de Notícias*, afirmando que a saída de Alencar Furtado seria uma grande perda para o partido, e refutou a ideia de que o Governo do Estado iria impor Dias no Executivo estadual e Richa e Camargo no Senado.

Em resposta à saída de Furtado, o PMDB publicou uma nota oficial no dia 6 de abril de 1986, acusando-o de colocar sua ambição pessoal acima dos ideais políticos do partido. A nota alegava que sua deserção foi motivada pela busca de espaço junto a novos aliados que, até pouco tempo atrás, eram adversários históricos da democracia. Além disso, o partido afirmou que Furtado fugiu da disputa legítima dentro da legenda pelos cargos de senador e governador, evitando competir internamente.

Em entrevista concedida ao jornalista José Wille, em 1997, Alencar Furtado explicou os motivos que o levaram a se desfiliar do PMDB e a migrar para a oposição, filiando-se ao PMB. Segundo ele, sua decisão foi motivada pelo domínio absoluto que o PMDB exercia no Paraná, detendo a máquina administrativa estadual e as prefeituras dos grandes e médios municípios, o que favorecia o candidato da situação e dificultava a disputa eleitoral em condições equilibradas.

Questionado sobre o apoio que recebeu de figuras como Ney Braga e Jaime Lerner, disse que foi recebido pelo grupo. Furtado reconheceu que Ney Braga havia assinado a cassação de seu mandato em 1977, mas ressaltou que alguns membros do próprio MDB também subscreveram sua cassação, evidenciando que a política do período não era linear e que divergências internas existiam dentro do partido. Dessa forma, sua filiação ao PMB representava uma tentativa de viabilizar sua atuação política em um cenário em que o PMDB, já consolidado no poder, controlava amplamente as estruturas institucionais do estado.

A convenção estadual que oficializou a candidatura de Alencar Furtado ao governo do Paraná em 1986, reuniu uma composição política diversificada, marcada pela presença dos ex-governadores

Ney Braga, Paulo Pimentel e Haroldo Peres. A heterogeneidade das alianças gerou dúvidas sobre a coesão da oposição.

Para o Senado, formalizou-se a candidatura de Amadeu Gears, ex-deputado federal pelo PMDB, agora filiado ao PDT. O candidato a vice-governador, Jaime Lerner, minimizou o impacto da máquina partidária do PMDB, afirmando não temê-la. Entre os presentes, destacaram-se o ex-senador Matos de Leão e o prefeito de Paranavaí, Benedito Pinto Dias, um dos poucos peemedebistas de expressão a deixar o partido após a desfiliação de Furtado.

A ausência do PDS na disputa evidenciou seu declínio no Paraná, após ter concorrido ao governo estadual em 1982 e eleito parlamentares, mas sem participação relevante na oposição em 1986. Dessa convenção, surgiu a Frente Popular das Oposições - PMB, PDT, PFL, PJ.

A convenção ocorreu no dia 27 de julho, no ginásio de esportes do Clube Atlético Paranaense. Durante o evento, as candidaturas de Álvaro Dias e Ary Queiroz foram lançadas oficialmente. Os 856 delegados aptos a votar referendaram as candidaturas de José Richa e Affonso Camargo para o Senado e homologaram a candidatura de 45 candidatos a deputado federal e 81 candidatos a deputado estadual.

A convenção contou com a presença de todas as lideranças emdebistas e candidatos, além de Maurício Fruet, Roberto Requião e diversos prefeitos de municípios paranaenses. Votou-se também o pedido de coligação com o Partido Nacional Democrático (PND), dando origem ao Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, PND.

A campanha eleitoral teve como temas a agricultura, a urbanização e a infraestrutura. Os dois maiores candidatos visitaram todas as regiões, passando por vários municípios por dia, deixando a agenda do mês de novembro reservada para pedir votos em Curitiba.

A eleição de José Richa ao governo, em 1982, simbolizou essa transição, trazendo um modelo administrativo voltado à governança participativa e à valorização do setor agroindustrial, o que gerou um aumento significativo na arrecadação estadual e ampliou a autonomia financeira frente ao governo federal.

É fato que Richa foi o maior cabo eleitoral do PMDB, e a escolha antecipada por Álvaro Dias garantiu ao partido uma base eleitoral fortalecida.

Em 1982, além da vitória de Richa para governador, o PMDB elegeu Álvaro Dias como senador, 20 deputados federais, 34 deputados estaduais e os prefeitos de diversas cidades estratégicas, como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, Paranaguá, Paranaíba, Umuarama, Cianorte, Apucarana, Arapongas e Irati, além de uma centena de municípios menores. Em 1985, elegeu Requião para prefeito de Curitiba e Dobrandino Silva para a prefeitura de Foz do Iguaçu.

Apesar das rupturas internas no partido, como a desfiliação de José de Alencar Furtado, que gerou turbulências nos primeiros meses de 1986, o contexto histórico nacional, a boa avaliação da gestão de Richa e a estrutura governamental vigente explicam, em parte, os resultados apresentados no Figura 1.

Esse cenário contribuiu para a vitória expressiva de Álvaro Dias, que obteve maioria absoluta em 310 dos 311 municípios do estado. A única exceção foi Paranaíba, onde Alencar Furtado saiu vitorioso. Nenhum outro candidato conseguiu vencer em qualquer município do Paraná.

Em termos analíticos, a distribuição dos votos apresenta o domínio de Álvaro Dias, com vitória massiva, vencendo em quase todos os municípios do Paraná. Esse apoio praticamente unânime indica que sua candidatura teve grande aceitação em todas as regiões do estado, o que se justifica, também, pelo fato de que o PMDB, partido de Álvaro Dias, foi um dos grandes beneficiados pela redemocratização e pela popularidade nacional, especialmente após a Constituinte de 1987. Essa força partidária certamente influenciou o resultado expressivo nas eleições estaduais. O PMDB era visto como o partido que trazia renovação após o período militar, o que explica seu amplo domínio eleitoral.

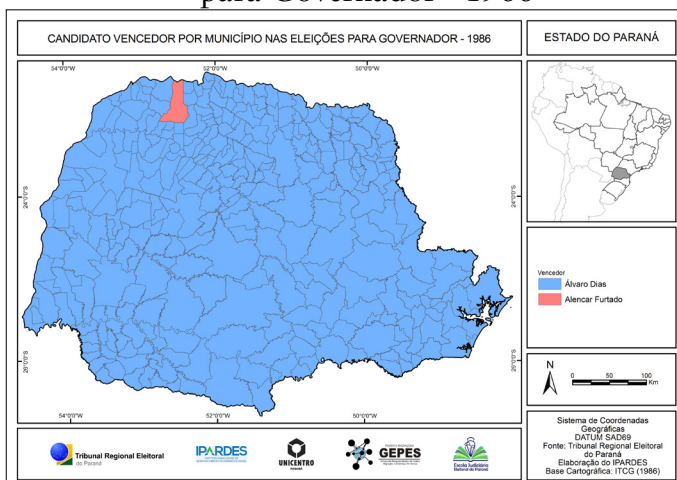
A popularidade de Álvaro Dias pode ter sido impulsionada, ainda, por sua trajetória política. Filho de pais fundadores do norte do Paraná, tornou-se professor e historiador; iniciou sua carreira política como vereador no município de Londrina, tendo-se tornado, posteriormente, deputado estadual e federal.

Os fatores histórico-geográficos demonstram, assim, que as eleições de 1986, ao ocorrerem em um momento-chave de redemocratização do Brasil, com marco de apoio majoritário do PMDB, levaram Álvaro Dias, como parte desse cenário político, à vitória esmagadora, pois ele também refletia o desejo de continuidade das

políticas de abertura democrática que vinham sendo conduzidas pelo PMDB nos cenários estadual e nacional.

Por fim, a distribuição homogênea de votos a favor de Álvaro Dias demonstra um consenso quase unânime no estado, reflexo dos fatores elencados acima e da aceitação das propostas de sua campanha pelos eleitores.

Figura 1 - Candidato Vencedor por Município nas Eleições para Governador - 1986



**Fonte:** TRE-PR (2024); **Organização:** IPARDES (2024)

A Figura 2 demonstra a distribuição percentual dos votos de Álvaro Dias nas eleições para governador do Paraná, em 1986, dividida por municípios. Seu percentual de votos variou de 48,61% a 94,13%.

Nos municípios em que Álvaro Dias foi mais votado, indicados em tons mais escuros de azul, o percentual variou entre 86,49% e 94,13%. Essas áreas estão concentradas principalmente no centro-leste e em algumas regiões do norte do estado como Maringá, Ponta Grossa e Londrina (berço político do PMDB paranaense), onde se situam importantes colégios eleitorais. Nessas regiões, Álvaro Dias possuía uma base eleitoral mais consolidada, por já ser uma figura política bem estabelecida e conhecida no estado. Entre 1969 e 1971, foi vereador por Londrina (seu domicílio eleitoral em 1986); posteriormente, elegeu-se como deputado estadual pela Assembleia do

Estado do Paraná (1971-1975), deputado federal (1975-1983) e senador da República (1983-1986).

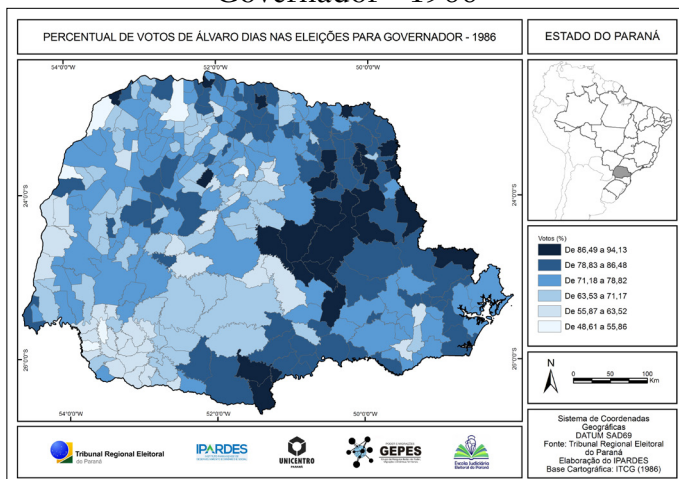
Os tons intermediários de azul representam os municípios onde o então candidato recebeu entre 71,18% e 86,48% dos votos. Essas áreas cobrem grande parte do centro, sul e leste do Paraná e demonstram uma forte base de apoio, visto que seu desempenho foi bastante sólido e consistente. Álvaro Dias passou a defender os interesses dos agentes econômicos que atuavam no estado e a se posicionar criticamente em relação ao governo civil-militar. Esse posicionamento o ajudou a se projetar em todo o Paraná.

Já os tons mais claros de azul indicam os municípios onde o mesmo obteve os menores percentuais de votos, entre 48,61% e 71,17%. Essa variação encontra-se pulverizada pelo estado, com uma maior concentração no sudoeste. Embora tenha mantido uma boa porcentagem nessas áreas, conclui-se que enfrentou maior concorrência de outros candidatos nessas regiões. A menor votação no sudoeste pode ser reflexo das condições de colonização, já que a região foi fortemente colonizada por imigrantes europeus (principalmente italianos e alemães), tendo a cultura colona grande influência nas práticas e tradições locais, o que pode ter representado resistência a uma política mais mercadológica e ligada ao agronegócio, como a associada ao candidato.

Por fim, Álvaro Dias foi eleito com 2.347.795 votos para governador do Paraná, nas eleições de 1986, o que reflete uma candidatura amplamente aceita em praticamente todas as regiões do estado. Seu histórico político e seu nome consolidado no cenário paranaense explicam o apoio generalizado.

Além disso, fatores macros, como o apoio incondicional do PMDB nacional, o sucesso inicial do Plano Cruzado e o processo de redemocratização conduzido por este partido, permitiram o discurso de renovação dos políticos em cena e a consolidação do fim do período cívico-militar. A espacialização do voto, então, confirma a posição de Álvaro Dias como uma figura política dominante no estado, com ampla aceitação entre os eleitores e uma votação expressiva em grande parte dos municípios.

Figura 2 - Percentual de Votos de Álvaro Dias nas Eleições para Governador - 1986



**Fonte:** TRE-PR (2024); **Organização:** IPARDES (2024)

A Figura 3 apresenta a distribuição percentual dos votos do segundo colocado nas eleições para governador do Paraná em 1986, Alencar Furtado, cuja votação variou entre 3,31% em Salto do Itararé e 48,77% em Paranavaí.

Apesar disso, teve um desempenho significativo em Curitiba, conquistando 36,55% dos votos, devido à força de Jaime Lerner, candidato a vice-governador e principal cabo eleitoral da oposição. Na edição 221 do *Jornal do Brasil*, publicada em 15 de novembro de 1986, foi destacada esta popularidade. Segundo a reportagem, motoristas com carros do PMDB demonstraram carinho ao saudá-lo, evidenciando seu prestígio na capital. Apesar da iminente derrota do partido, o jornal apontou Lerner como a figura mais importante da coligação oposicionista.

Em entrevista, ele rejeitou a imagem de político elitista e urbano, afirmando ter sido bem recebido também no interior do estado. “É uma inverdade dizer que sou da elite, que sou urbano apenas. Me dei muito bem no interior, apertei a mão de boia-fria, que parecem pneus de tão ásperas, sem constrangimento”, declarou, reforçando sua conexão com a população rural.

Sua base eleitoral no norte do Paraná garantiu uma votação expressiva no entorno de Paranavaí, incluindo municípios como Nova Esperança, Tamboara, Presidente Castelo Branco e Querência

do Norte. Além disso, o mapa eleitoral indica que Furtado teve boa votação no oeste paranaense, especialmente ao longo do rio Paraná, em cidades como Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e Nova Santa Rosa. No sudoeste, destacou-se em Realeza e Pérola do Oeste.

Um caso isolado de forte apoio ocorreu em Marumbi, próximo a Londrina e Maringá, onde conquistou 46% dos votos, mesmo em uma região majoritariamente favorável a Álvaro Dias. A Tabela 1 apresenta um exemplo dos municípios com maior número de votos em termos percentuais.

Tabela 1 - Municípios com maior desempenho de Alencar Furtado nas eleições de 1986 no Paraná.

Município	% de votos
Paranavaí	48,69%
Marumbi	45,85%
Querência do Norte	45,52%
São Jorge do Patrocínio	42,27
Realeza	41,49

**Fonte:** TRE-PR (1986); Organização: Os autores (2024).

De forma ampla, pode-se afirmar que o candidato não obteve votações expressivas nas regiões mais urbanas e industrializadas, a exemplo das regiões de Curitiba e Londrina, apesar de não ser esse o padrão de voto para a região de Maringá.

A Tabela 2 demonstra a porcentagem de votos válidos de Alencar Furtado nos maiores colégios eleitorais do estado do Paraná.

Tabela 2 - Porcentagem dos votos válidos de Alencar Furtado nas eleições de 1986 no Paraná.

Município	Votos válidos (%)
Curitiba	36,55
Londrina	20,86
Maringá	23,88
Ponta Grossa	14,00

Cascavel	23,63
Foz do Iguaçu	15,00
Guarapuava	24,90
Umuarama	23,55
São José dos Pinhais	18,44
Paranaguá	21,28
Toledo	20,87
Apucarana	22,05
Campo Mourão	13,56
Piraquara	19,58
Paranavaí	48,69
Colombo	15,65
Pitanga	19,97
Arapongas	22,61
Campo Largo	19,36
Telêmaco Borba	8,58

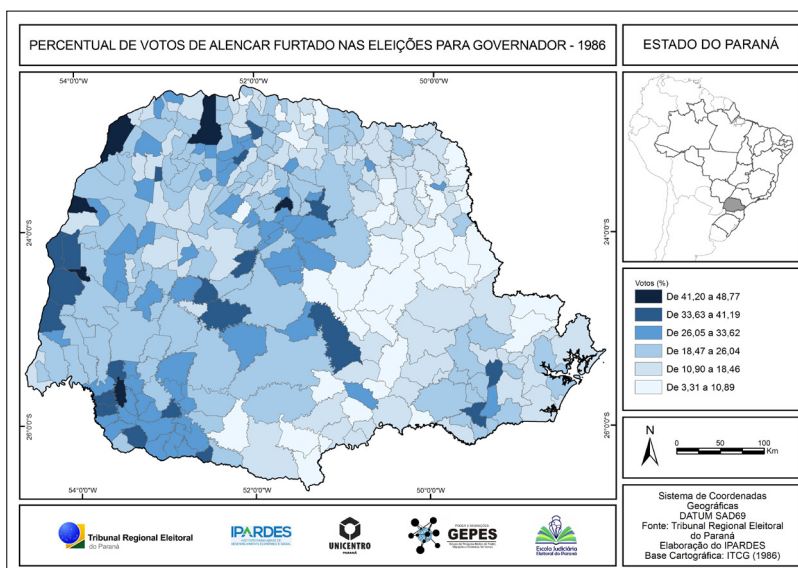
**Fonte:** TRE-PR (1986); Organização: Os autores (2024).

Em relação à Figura 3, os tons intermediários de azul representam os municípios onde o então candidato recebeu entre 26,05% e 41,19% dos votos, o que reflete um desempenho sólido, embora não suficiente para vencer em muitas dessas áreas. Isso sugere que Alencar Furtado conseguiu estabelecer uma presença importante nessas regiões, representando a oposição.

O candidato teve um desempenho robusto no noroeste e sudoeste, com percentuais de votos bastante elevados em alguns deles, o que pode indicar uma base de apoio local significativa. No entanto, ele enfrentou dificuldades em ser votado em outras partes do estado, especialmente no leste e sul, onde sua votação foi menos expressiva.

Isso sugere uma campanha com impacto regionalizado, capaz de mobilizar eleitores em nichos geográficos específicos, mas sem conseguir expandir de forma mais uniforme pelo estado.

Figura 3 - Percentual de Votos de Alencar Furtado nas Eleições para Governador - 1986



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

A Figura 4 ilustra a distribuição percentual dos votos de Emmanuel Appel, professor e filiado ao PT, que, conforme matéria do *Correio de Notícias*, de 15 de abril de 1986, articula sua campanha com a estratégia de eleger Edésio Passos — candidato a prefeito de Curitiba em 1985 — para deputado federal. Os municípios estão representados em tons de verde, variando de acordo com o percentual de votos obtidos por Appel, em uma escala de 0,00% a 12,60%.

Os tons mais escuros representam os municípios onde Emmanuel Appel obteve os maiores percentuais de votos, entre 10,51% e 12,60%. Essas áreas estão concentradas em alguns municípios no sudoeste do Paraná, como Pato Branco, Francisco Beltrão, Ampére, Dois Vizinhos e Santo Antônio do Sudoeste. Esta região, predominantemente agrícola e composta por pequenas e médias propriedades rurais, criou certa identidade com as propostas do candidato, que versavam sobre o incentivo econômico ao pequeno produtor.

Os tons intermediários indicam os municípios onde o candidato recebeu entre 2,11% e 10,50% dos votos, espalhados por

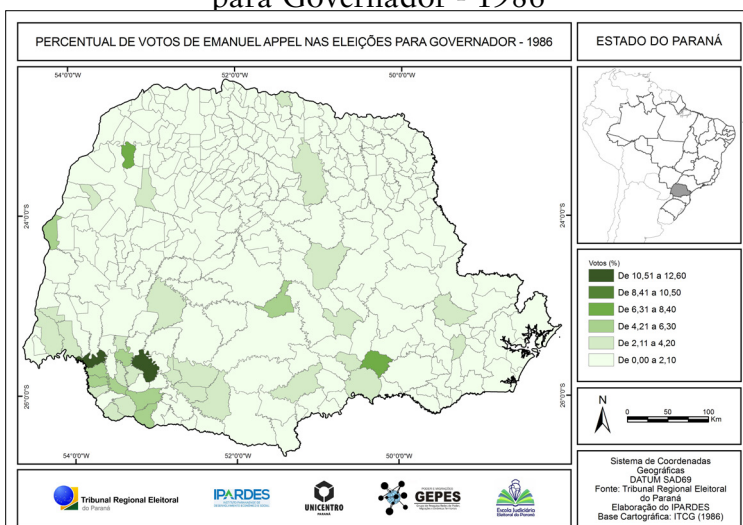
várias regiões, como o sudoeste, oeste e algumas porções do centro-leste e norte do estado. Esse padrão sugere que, embora sua candidatura tenha ressoado em algumas regiões do estado, ela não conseguiu se expandir uniformemente.

É nessa faixa que se destaca São João do Triunfo (município onde o PT elegeu o prefeito em 1988) e Londrina, onde Appel teve 3,1%, ficando à frente de Garcez, Branco, Paixão e Pereira.

Já os tons mais claros demonstram os municípios onde Appel teve votação baixa, entre 0,00% e 2,10%. Essas áreas cobrem a maior parte do mapa e, em especial, as regiões mais populosas, como as capitais regionais do estado. É nelas que se encontram, com exceção de Londrina, os maiores colégios eleitorais do Paraná.

Por fim, pode-se afirmar que Emmanuel Appel teve uma campanha regionalizada e com apelo mais forte em áreas rurais ou interioranas, com menor presença em grandes centros urbanos ou regiões mais industrializadas. O padrão observado, com maior concentração de votos no sudoeste e baixíssima votação em grande parte do estado (em especial nas regiões centrais, norte e leste), sugere que a candidatura de Appel encontrou dificuldades em se projetar para além de suas bases locais.

Figura 4 - Percentual de Votos de Emmanuel Appel nas Eleições para Governador - 1986



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

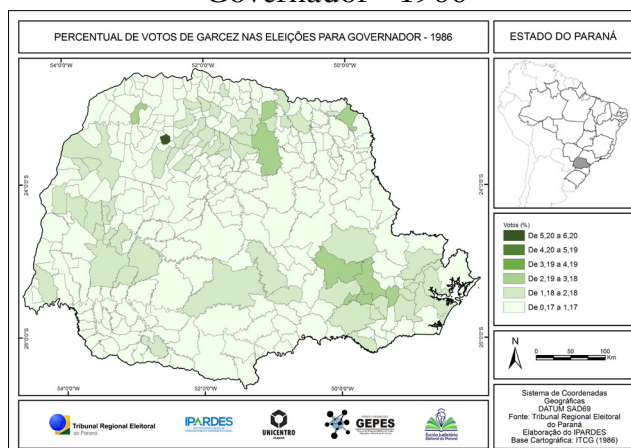
A Figura 5 apresenta a distribuição percentual dos votos recebidos por Alberto Garcez (PSC) nas eleições para governador do Paraná em 1986. Os municípios estão representados em tons de verde, variando conforme o percentual de votos obtidos pelo candidato, em uma escala de 0,17% a 6,20%.

Curitibano e advogado, Garcez teve participação ativa na campanha do partido para a prefeitura de Curitiba em 1985. Além disso, possuía forte atuação no setor de turismo e presidia o Santa Mônica Clube de Campo.

Os tons mais escuros representam os municípios onde Garcez obteve os maiores percentuais de votos, entre 5,20% e 6,20%, sendo Japurá o único município com esse índice. No ranking de votos, Garcez teve mais de 2% dos votos em Curitiba, Londrina e Ponta Grossa. Mesmo com votação baixa, o mapa destaca Campo Largo, Balsa Nova e Porto Amazonas.

Entretanto, a votação foi inexpressiva em quase todo o estado, característica que demonstra uma base de apoio para áreas rurais e ocupadas por sulistas, que historicamente tendem a votar em candidatos com agendas mais focadas em temas agrícolas, a exemplo de Paulo Pimentel.

Figura 5 - Percentual de Votos de Garcez nas Eleições para Governador - 1986



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

A Figura 6 mostra o percentual de votos obtidos por Banerjo Branco (PH) nas eleições para governador do Paraná em 1986,

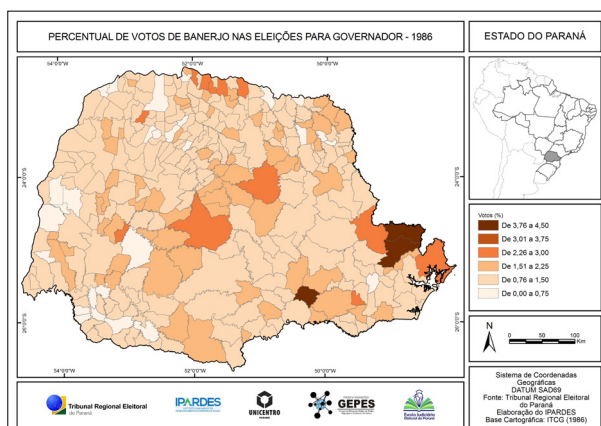
distribuído por municípios, que estão coloridos em diferentes tons de laranja a marrom. As cores representam faixas percentuais de votos recebidos pelo candidato, com uma escala de 0% e 4,50%.

Apesar da pouca quantidade de votos recebida nessas eleições, a candidatura de Banerjo Branco, oficial de justiça de formação, foi confusa e tumultuada, a ponto de ser acusado de fazer campanha para a frente oposicionista.

Especificamente em relação aos dados de municípios mais votados, os tons mais escuros de marrom representam os municípios onde o candidato obteve os maiores percentuais de votos, entre 3,76% e 4,50%. Nessas áreas estão concentrados os municípios de São João do Triunfo, Bocaiúva do Sul e Adrianópolis, próximos a Curitiba.

Na maior parte do estado, no entanto, predominam os municípios onde o candidato teve menor votação, entre 0% e 1,50%, representados pela cor laranja mais clara ou bege, especialmente no sudoeste e no sul, indicando o número inexpressivo de votos recebidos. Para ilustrar a dimensão da disputa interna no Partido Humanista, vale destacar que a votação do candidato nos dez principais colégios eleitorais demonstram a fragilidade do apoio ao candidato mesmo nas áreas de maior densidade eleitoral.

Figura 6 - Percentual de Votos de Banerjo Branco nas Eleições para Governador - 1986

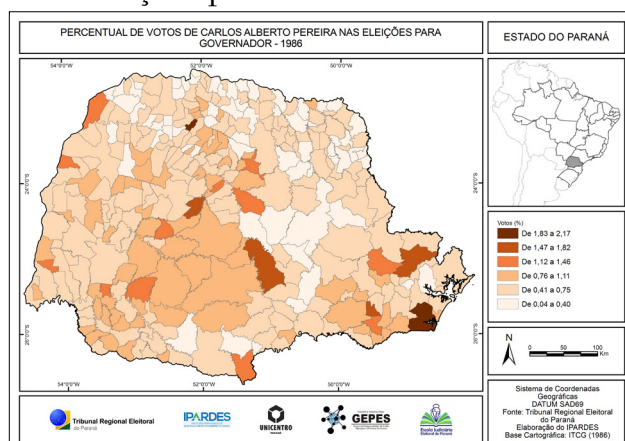


Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

A Figura 7 apresenta a distribuição percentual dos votos recebidos por Carlos Alberto Pereira (PDC) nos municípios, utilizando uma escala de cores que varia do marrom ao bege claro, representando percentuais de votação entre 0,04% e 2,17%.

Formado em Direito e atuante como advogado, Pereira conduziu uma campanha baseada em valores cristãos.

Figura 7 - Percentual de Votos de Carlos Alberto Pereira nas Eleições para Governador - 1986



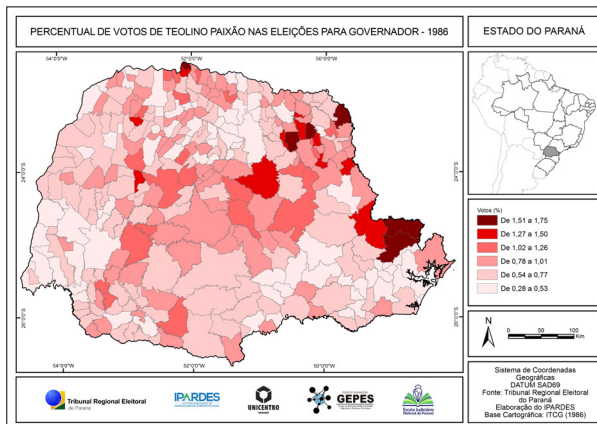
**Fonte:** TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

As áreas em tons de marrom mais escuros representam os municípios onde o candidato obteve os maiores percentuais de votos, variando entre 1,83% e 2,17%, com destaque, nas figuras, para Guaratuba e Presidente Castelo Branco, onde ele superou Appel, Garcez, Paixão e Branco. Destaca-se, ainda, a votação expressiva em Prudentópolis, onde obteve 291 votos. Em termos de espacialização, chamam atenção, com tom de marrom de 1,47% a 1,82%, os municípios de Contenda, Bocaiúva do Sul e Quitandinha, próximos a Curitiba. No entanto, na capital, o candidato não alcançou 1% dos votos, totalizando 4.055 votos, assim como nos maiores colégios eleitorais do estado.

A Figura 8 apresenta a distribuição percentual dos votos recebidos por Teolino Paixão nas eleições para governador do Paraná, em 1986, por município, com cores que variam de marrom a bege claro, numa escala de 0,28 a 1,75.

Teolino era curitibano e, na época, era editor de revista de distribuição gratuita “O Tempo” e “O Momento”. O candidato ficou em 3º lugar em Congonhinhas, mas chamou atenção pelos votos de Jundiá do Sul, Ribeirão do Pinhal e alguns municípios do Vale da Ribeira, como Adrianópolis, Bocaiuva do Sul e Cerro Azul.

Figura 8 - Percentual de Votos de Teolino Paixão nas Eleições para Governador - 1986



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

## Eleitorado paranaense em 1986 após recadastramento

O primeiro cadastro eleitoral unificado no Brasil foi criado em 1986. Até essa data, o cadastro era estadual, dentro de cada Tribunal Regional, o que dificultava a identificação de fraudes.

O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 7.444/1985 e a Resolução nº 12.547/1986, com a premissa de que o alistamento eleitoral seria feito mediante processamento eletrônico de dados. Como herança, essa legislação criou o título de eleitor nacional, com um número único, composto de 12 dígitos, vigente até a atualidade.

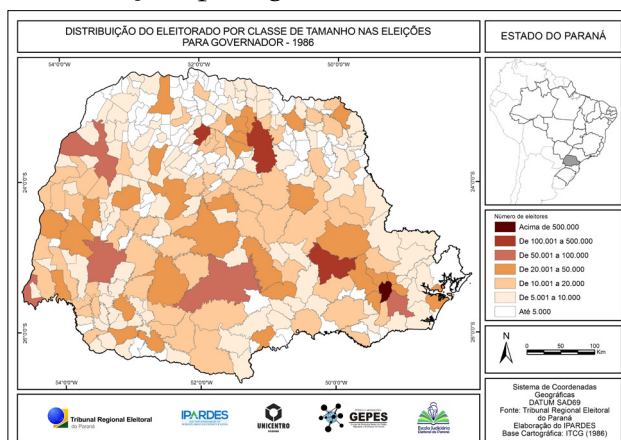
A Resolução nº 12.547/1986 regulamentou este alistamento e determinou uma revisão do eleitorado de todos estados e Distrito Federal, algo que não ocorria desde a década de 1950. O recadastramento ocorreu entre abril e agosto: os eleitores

compareceram duas vezes aos postos para se cadastrar e retirar o novo título, já sem a exigência de foto.

Esta depuração no cadastro eleitoral estimulou e forçou o comparecimento de eleitores e eleitoras com o título cancelado, com histórico de justificativas recorrentes, com títulos pendentes de transferência, além de promover o exercício da cidadania pelos analfabetos, refletindo, assim, um eleitorado municipal mais real.

Mas o que significa "colégio eleitoral"? Segundo o Glossário Eleitoral do TSE, é o conjunto de eleitores de uma determinada área, como uma cidade, distrito ou bairro. Neste texto, trataremos colégios eleitorais como sinônimos de municípios. Em 1986, os dez maiores colégios eleitorais do Paraná eram: Curitiba (a capital e o maior deles), Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Umuarama, São José dos Pinhais e Paranaguá. Comparando com o eleitorado de 2022, destacamos a inclusão de Colombo e a exclusão de Umuarama na lista dos maiores colégios eleitorais do Paraná.

Figura 9 - Distribuição do eleitorado por classe de tamanho, nas eleições para governador em 1986



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

Mas qual o significado deste mapa em relação aos dados eleitorais? Já existem muitos estudos da década de 1980 publicados pelo IPARDES, além de dissertações e teses universitárias, ou seja, o tema já foi amplamente explorado. No entanto, à época,

os dados eleitorais resultantes do recadastramento refletiram claramente a realidade do êxodo rural e do êxodo municipal em pequenos núcleos urbanos das mesorregiões Noroeste, Centro Ocidental e Norte Pioneiro.

Observou-se também a migração da população economicamente ativa para outros estados e dentro do Paraná, bem como o crescimento de médios centros urbanos, como Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Londrina. Essas cidades ganharam eleitores após o recadastramento, principalmente devido à transferência de títulos eleitorais para esses locais.

Curitiba chama a atenção pelo aumento significativo do eleitorado em 1986 em relação a 1985, com um acréscimo de 200 mil pessoas. Considerando os votantes, nas eleições municipais de 1985, 519.959 eleitores compareceram às urnas, enquanto nas eleições gerais de 1986 esse número subiu para 676.614. Esse crescimento reflete tanto a depuração do cadastro eleitoral quanto a absorção de transferências de eleitores de outras localidades para Curitiba.

Conforme o periódico *Correio de Notícias*, edição 1.497 de 20 junho de 1986, disponibilizado pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional, a reportagem anunciava que, após o recadastramento, o eleitorado paranaense cresceu 0,2%, de 4.250.320 eleitores, em novembro de 1985, para 4.259.320 eleitores, em junho de 1986.

Explicitamos um trecho do discurso do presidente do TRE-PR, Des. José Lemos Filho, lido em plenário e divulgado pela imprensa:

O fenômeno de inchaço de médios e grandes portes no interior do Estado continua provocando uma redução no eleitorado em algumas cidades que de 1970 pra cá estão mudando suas atividades de trabalho. Em Paranaíba e regiões semelhantes que mudaram da agricultura para a pecuária (com o conseqüente fim das lavouras de café), a redução do eleitorado foi de 50 a 76%. (...) Cascavel aumentou seu eleitorado em 6%. Recebem grande contingente de eleitores de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Mesmo após o término do mutirão de recadastramento, o calendário eleitoral de 1986 ainda permitiu a emissão de novos títulos e revisões nos cartórios eleitorais até 9 de agosto. Em

seguida, foi realizado um inédito cruzamento eletrônico de dados para identificar duplicidades, com o apoio da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) e da Empresa Nacional de Inteligência em Governo Digital e Tecnologia da Informação (Serpro). Como resultado, o relatório final apontou que o Paraná habilitou 4.316.029 eleitores para as eleições de 15 de novembro de 1986.

Tabela 3 - Eleitorado, comparecimento e abstenção nos 10 maiores colégios eleitorais nas eleições de 1986 no Paraná.

Município	Eleitorado	Comparecimento
Curitiba	705.802	95,86
Londrina	187.335	95,33
Maringá	118.818	95,04
Ponta Grossa	114.254	95,52
Cascavel	93.915	92,53
Foz do Iguaçu	80.856	90,47
Guarapuava	72.531	95,21
Umuarama	54.583	94,64
São José dos Pinhais	51.326	95,83
Paranaguá	49.458	95,21

**Fonte:** TRE-PR (1986); Organização: Os autores (2024).

### **Comparecimento, abstenção, voto nulo e voto em branco**

Uma das consequências desse recadastramento foi o alto índice de comparecimento dos eleitores, que extrapolou a média de eleições passadas e futuras. Com exceção de Barracão, todos os municípios ultrapassaram 90% de comparecimento.

A análise espacial do comparecimento, em um país onde o voto é obrigatório, pode revelar, na realidade de cada município, maior ou menor engajamento político e dificuldades no exercício do direito ao voto.

Nesta eleição, o índice foi alto devido ao chamamento do eleitorado, ocorrido entre abril e agosto de 1986. Esse projeto,

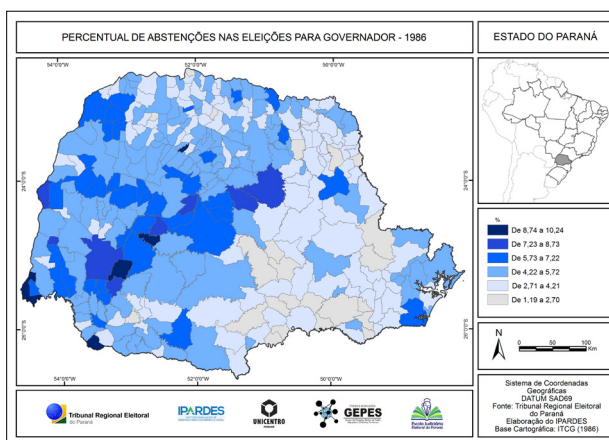
aliado ao momento ímpar de redemocratização do país, estimulou a regularização dos títulos, o alistamento de eleitores analfabetos, forçou a regularização de títulos cancelados e proporcionou a mudança de domicílio eleitoral por meio das transferências de títulos.

No ranking dos 10 municípios com maior comparecimento, todos com eleitorados que não ultrapassam 10 mil eleitores, os índices superaram 97%: Quitandinha, São João do Triunfo, Piên, Ivaí, Rio Azul, Antônio Olinto, Imbituva, Cruz Machado, Rebouças e Nova Aliança do Ivaí.

Como comparecimento e abstenção são faces opostas do mesmo movimento eleitoral, a abstenção é usada para definir a não participação do eleitor no ato de votar. Aqui, não se discute se o cadastro identificou ausência às urnas ou justificativa do voto.

A Figura 10 demonstra o percentual de abstenções nas eleições para governador. De acordo com a representação, o ranking dos 10 municípios com maiores índices de abstenção inclui: Barracão, Ivatuba, Catanduvas, Foz do Iguaçu, Altamira do Paraná, Iretama, Guaíra, Três Barras do Paraná, São José das Palmeiras e Ortigueira.

Figura 10 - Percentual de Abstenções nas Eleições para Governador - 1986



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

Em vez de escolhermos Barracão, apontamos Foz do Iguaçu e Guaíra para investigar a abstenção, devido os índices serem próximos. Os dois municípios são colégios eleitorais situados em áreas de fronteira internacional com o Paraguai.

Na trigésima terceira sessão ordinária do TRE-PR, discutiu-se o problema dos "brasiguaios", que representavam uma parcela expressiva do eleitorado do oeste e sudoeste paranaense e poderiam, dentro das características eleitorais, contribuir para o alistamento dessas pessoas. Cabe lembrar que o TSE foi consultado e determinou que esses eleitores deveriam ter domicílio eleitoral em Foz do Iguaçu ou outro município para poderem votar nestas eleições. Posteriormente, esses eleitores procuraram o consulado brasileiro no Paraguai para regularizar sua situação eleitoral.

Devido à Emenda Constitucional aprovada em 1985, municípios que eram considerados de segurança nacional e as capitais passaram a realizar eleições municipais. Por isso, é possível verificar o comparecimento e a abstenção de Foz do Iguaçu e Guaíra no período de um ano.

Em 1985, Foz do Iguaçu possuía 71.698 eleitores, dos quais 46.410 compareceram às urnas, resultando em um comparecimento de 64%. O alistamento eleitoral de brasiguaios impactou o cadastramento. Com a revisão do eleitorado, em 1986 Foz do Iguaçu passou a ter 80.856 eleitores, com 73.154 votantes, elevando o comparecimento para 90,47%.

Guaíra, por sua vez, apresentava um contexto diferente. Na época, os brasiguaios não impactaram o eleitorado; o município enfrentava um processo de êxodo populacional e impactos ambientais irreversíveis, pois o lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu já havia encoberto totalmente as Sete Quedas, uma importante fonte de turismo e receita municipal.

Em 1985, Guaíra tinha 19.196 eleitores, dos quais 13.057 compareceram, resultando em um índice de 68%. Após o cadastramento de 1986, o eleitorado reduziu-se para 17.272, com 15.795 votantes, elevando o comparecimento para 91,45%.

Se analisarmos um intervalo de quatro anos, remontando a 1982, primeira eleição para governador pós-ditadura militar, somada à escolha de senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores, também se observa, em 1986,

um aumento do comparecimento nos municípios selecionados na tabela abaixo.

Foram considerados dois pólos regionais (Maringá e Ponta Grossa), dois municípios citados nos relatórios e entrevistas do TRE-PR sobre a diminuição do eleitorado (Paranavaí e Porecatu), um município pertencente à Região Metropolitana de Curitiba (Colombo) e outro localizado na mesorregião centro-ocidental, que sofreu êxodo populacional na década de 1980 (Ubiratã).

Independentemente da diminuição ou do aumento do eleitorado, os índices de comparecimento foram altos e não se repetiram em outras eleições.

Tabela 4 - Votantes, Eleitorais e índice de comparecimento nas eleições de 1982 e 1986 no Paraná.

MUNICÍPIOS	VOTANTES 1982	ELEITORES 1982	% COMPARECI- MENTO 1982	VOTANTES 1986	ELEITORES 1986	% COMPARECI- MENTO 1986
MARINGÁ	83632	109.168	76,61	112.928	118.816	95,04
PONTA GROSSA	84.740	98.656	85,89	109.132	114.254	95,52
PARANAVAÍ	27.748	37.841	73,32	35.931	37.836	94,97
PORECATU	7858	11214	70,03	8719	9171	95,07
UBIRATÃ	11.697	16.454	71,09	14.235	14.971	95,11
COLOMBO	25.993	30.481	85,28	35.772	36.842	96,28

**Fonte:** TRE-PR (1986); Organização: Os autores (2024).

A promulgação da Constituição de 1988 estabeleceu o alistamento e o voto como obrigatoriedades. O Supremo Tribunal Federal, em subsequente decisão, ratificou a constitucionalidade do Código Eleitoral, ainda vigente, que autoriza a Justiça Eleitoral a aplicar penalidades pecuniárias por alistamento intempestivo ou ausência nas votações. Na década de 2010, a revisão do eleitorado, implementada por meio da identificação biométrica, retomou a sistemática do recadastramento de 1986, ambos caracterizados por expressivos índices de comparecimento, superiores a 90%, atingindo, na década de 1980, a marca de 95%

Tabela 5 - Votantes, Eleitorais e índice de comparecimento nas eleições de 1986 e 2012 em Curitiba.

MUNICÍPIO	VOTANTES 1982	ELEITORES 1982	% COMPARECI- MENTO 1982	VOTANTES 1986	ELEITORES 1986	% COMPARECI- MENTO 1986
CURITIBA	676.614	705.802	95,86	1.066.280	1.172.939	90,91

**Fonte:** TRE-PR (1986); Organização: Os autores (2024).

O número de votos brancos e nulos também é um indicador relevante na análise da geografia eleitoral. A distribuição espacial desses votos pode refletir o nível de insatisfação do eleitorado com os candidatos ou com o processo eleitoral, além de possíveis dificuldades na compreensão das regras de votação.

Na ciência política, Jairo Nicolau destaca que essas formas de manifestação eleitoral podem representar tanto uma estratégia de protesto quanto uma expressão de desalinhamento político, especialmente em contextos de transição democrática, como o vivido pelo Brasil nos anos 1980.

Segundo Walter Costa Porto, o período de redemocratização trouxe uma maior conscientização sobre o impacto do voto, mas também expôs fragilidades no sistema, como a baixa representatividade de determinadas candidaturas e a insatisfação com o cenário político.

No Paraná, essas eleições foram marcadas pelo elevado comparecimento, impulsionado pelo recadastramento obrigatório e pelo momento ímpar de redemocratização.

No entanto, a presença de um percentual significativo de votos em branco, registrado em 53 municípios com mais de 20% (vinte por cento) do comparecimento, sugere que parte do eleitorado, mesmo participando do pleito, optou por não escolher nenhum candidato, ou não conseguir fazê-lo.

Outra situação muito discutida na imprensa da época foi o fato de que, nos 15 municípios com maiores índices, o voto em branco superou a votação nominal em Alencar Furtado.

Discutiu-se, no Paraná, os motivos que levaram os eleitores a votarem em branco. Apontaram-se a complexidade da cédula eleitoral e o elevado número de analfabetos alistados.

Na edição de 18 de novembro do Correio de Notícias, foi entrevistado Aníbal Khury, eleito diversas vezes deputado estadual. Ele

denunciou, sem apresentar provas, que os analfabetos teriam votado em branco devido à dificuldade da cédula eleitoral.

Além disso, acrescentou mais um fator: a pressão sobre os eleitores para concluírem o voto em até um minuto, fato amplamente divulgado pelo TRE-PR.

Chama a atenção esse voto em branco em um sistema eleitoral como o brasileiro, no qual o comparecimento às urnas é obrigatório para cidadãos entre 18 e 70 anos.

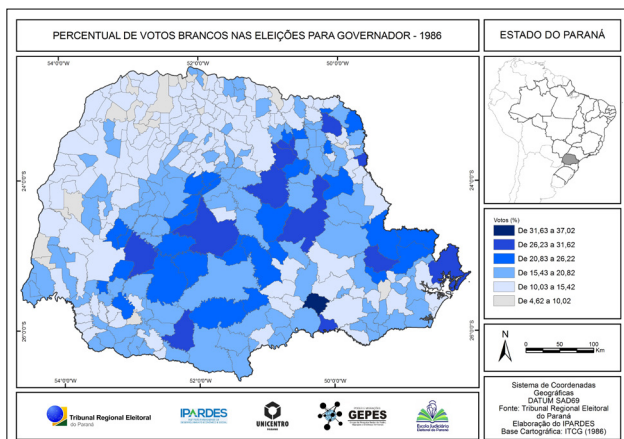
Em uma eleição majoritária, a cédula oficial vem com o número e o nome do candidato; basta ao eleitor ou à eleitora escolher e marcar um “x” na cédula. No Paraná, os votos em branco para o cargo de governador foram de 14,77% - equivalente a 608.021 votos.

A Figura 11 demonstra o percentual de votos em brancos. São João do Triunfo, Antônio Olinto, Rio Branco do Sul, Santana do Itararé e Guaraqueçaba tiveram mais de 30% de votos em branco.

Existe uma regionalização dos municípios com maiores índices desse tipo de voto, principalmente na mesorregião Centro-Sul, Norte Pioneiro e no Vale do Ribeira, atualmente agrupados na região da Região Metropolitana de Curitiba.

Por outro lado, também há delimitação regional nos menores índices de votos em branco, com destaque para a região Noroeste, como Santa Inês, Mirador, Flórida e Paranaipoema, além de Paranaíba (domicílio eleitoral de Alencar Furtado) e da capital, Curitiba.

Figura 11 - Percentual de Votos Brancos nas Eleições para Governador - 1986



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Quanto ao voto nulo, no sistema de votação por cédula de papel, anula-se o voto quando o escrutinador (nomeado para apurar os votos de papel) identifica que o eleitor rasurou a cédula ou votou em dois candidatos, de forma que não seja possível referendar o voto a nenhum deles.

No Paraná, os votos nulos para governador foram 4,49%, o equivalente a 184.782 votos, menor que a enxurrada de votos em branco, mas ainda superiores à votação recebida por Garcez, Banerjo Branco, Emmanuel Appel, Carlos Alberto Pereira e Teolino da Paixão, que tiveram menos votos do que os declarados nulos pela Justiça Eleitoral.

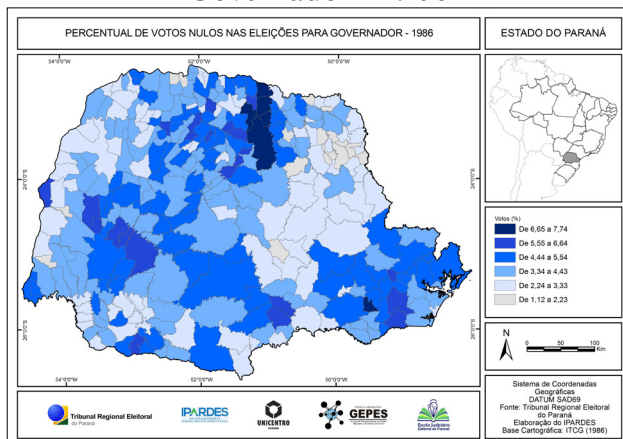
A Figura 12 mostra o percentual de votos nulos nas eleições de 1986. A representação indica uma clara delimitação espacial desses votos, especialmente no entorno de Londrina.

É interessante notar que houve 13.573 votos nulos no domicílio eleitoral de José Richa e Álvaro Dias. Mais intrigantes ainda são os altos índices de votos nulos nos municípios limítrofes a Londrina, como Primeiro de Maio, Ibiporã, Sertanópolis, Cambé, Arapongas e Rolândia, considerados seus berços políticos de José Richa, Álvaro Dias (PMDB) e Antônio Belinati (PDT e coordenador da campanha da oposição).

Não se identificou uma explicação clara para essa concentração de votos nulos. Enquanto o ranking de votos em branco é dominado por pequenos colégios eleitorais, o ranking dos municípios com maiores índices de voto nulo inclui localidades com maior número de eleitores.

Conclui-se que os eleitores podem ter anulado seus votos como forma de protesto ou, por falta de conhecimento, utilizado a cédula de maneira incorreta.

Figura 12 - Percentual de Votos Nulos nas Eleições para Governador - 1986



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

## Considerações finais

Podemos concluir que os candidatos que obtiveram maior número de votos, como foi o caso de Álvaro Dias e de Alencar Furtado, já possuíam uma trajetória política consolidada em suas respectivas bases eleitorais.

Cumpramos ressaltar, ainda, que Álvaro Dias, ao se lançar candidato ao governo do estado, já exercia o cargo de senador e tinha projeção em todo o Paraná, primeiro como deputado estadual e, logo depois, como deputado federal pelo PMDB, partido que liderou todo o processo político de encerramento da ditadura civil-militar.

Álvaro Dias possuía um plano de governo bem definido, o governo de José Richa tinha altos índices de aprovação, e o PMDB paranaense havia conquistado prefeituras em Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Umuarama, entre mais de uma centena de municípios, além de 20 deputados federais e 34 deputados estaduais eleitos em 1982.

O candidato opositor Alencar Furtado rompeu com o PMDB ao reivindicar maior protagonismo e a possibilidade de disputar vagas ao Senado e ao Governo do Estado. Diante da iminente desfiliação, foi acolhido pela oposição ao então

governador José Richa, liderada pelo ex-governador Ney Braga. A articulação contou com o apoio de figuras ligadas à antiga ARENA e teve como principal cabo eleitoral o ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, então candidato a vice-governador. No interior da coligação oposicionista, apenas o PDT e o PFL apresentavam estrutura suficiente para rivalizar politicamente com o PMDB.

Assim, as eleições de 1986 no Paraná foram marcadas pelo predomínio de um partido que liderou o processo de redemocratização no país, confirmando o alinhamento do eleitorado paranaense com o projeto político da Nova República e consolidando um ciclo de poder do PMDB no estado até 1994.

## REFERÊNCIAS

- AGNEW, J. Mapping politics: how context counts in electoral geography. **Political Geography**, 15(2), pp.129-146, 1996.
- AUGUSTO, D. C.; SILVA, M. da. Geografia Eleitoral: considerações sobre a relação entre política partidária e eleitores. **Revista GeoUECE**, v. 3, n. 4, p. 177-193, 2021.
- AZEVEDO, D. A. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. **Geosp**, v. 27, n. 2, 2023.
- CARVALHO, D.; SANTOS, G. F. Ciclos políticos, socioeconomia e a geografia eleitoral do estado da Bahia nas eleições de 2006. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 109-135, 2015.
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2025.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. Imagem do jornal de 15 de abril de 1986. Disponível em: <https://www.bn.br/hemeroteca>. Acesso em: jul. 2024.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. Imagem do jornal de 17 de junho de 1986, edição 1494. Disponível em: <https://www.bn.br/hemeroteca>. Acesso em: jul. 2024.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. Imagem do jornal de 20 de junho de 1986, edição 1497. Disponível em: <https://www.bn.br/hemeroteca>. Acesso em: jul. 2024.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. Imagem do jornal de 17 de agosto de 1986, edição 1547. Disponível em: <https://www.bn.br/hemeroteca>. Acesso em: jul. 2024.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. Imagem do jornal de 21 de agosto de 1986, edição 1550. Disponível em: <https://www.bn.br/hemeroteca>. Acesso em: jul. 2024.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. Imagem do jornal de 12 de novembro de 1986, edição 1621. Disponível em: <https://www.bn.br/hemeroteca>. Acesso em: jul. 2024.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. Imagem do jornal de 18 de novembro de 1986, edição 1626. Disponível em: <https://www.bn.br/hemeroteca>. Acesso em: jul. 2024.
- COX, K. The voting decision in a spatial context. **Progress in Geography**, v. 1, p. 83-117, 1969.
- FLINT, C. A TimeSpace for electoral geography: Economic restructuring, political agency and the rise of the Nazi party. **Political Geography**, v. 20, p. 301-329, 2001.
- FLINT, C.; TAYLOR, P. **Political Geography: world-economy, nation-state and locality**. Routledge: London, 1980.
- FREITAS, E. P. de. Algumas considerações sobre a concepção de liberdade em Jean-Jacques Rousseau. **Pensando-Revista de Filosofia**, v. 4, n. 8, p. 140-151, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Energia, Poder e Território: as geopolíticas dos recursos energéticos sob a hegemonia do capitalismo**. Paco Editorial: Jundiaí-SP, 2023.
- GREGORY, D. et al. **The Dictionary of Human Geography**. 5ª Ed. London: Blackwell Publishing, 2009.

- HOUAISS, VILLAR, M. A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.
- MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- Oliveira, Luzia Helena Herrman de. *Democratização e Institucionalização partidária: o processo político-partidário no Paraná, 1979-1990*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- PATTISON, W. D. The four traditions of Geography. In: MOSELEY, W. G.; LANEGAN, A.; PANDIT, K. *The Introductory Reader in Human Geography*. Hoboken: Wiley Blackwell Publishing, 2007. p. 16-21.
- SÁNCHEZ, J. E. *Geografía Política*. Madrid: Editorial Síntesis S.A., 1992.
- SANGUIN, A. L. *Geografía Política*. Barcelona: Ed. Oikos-Tau, 1981. SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SANTOS, M. *Por outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SAUER, Carl O. *The Geography of the Ozark Highland of Missouri*. Chicago: University of Chicago Press, 1920.
- SENDRA, J. B. Geografía Electoral y elecciones en España. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, nº1, 1981. p. 285-293.
- SENDRA, J. B. Geografía electoral, Geografía política y Elecciones en España. *Anales de Geografía de la Univ. Complutense*, n. 2. Ed. Univ. Complutense, 1982, p. 263-274.
- SIEGFRIED, A. *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République*. Bruxelles: Université de Bruxelles, 2010 [1913].
- SMALL, J. e WITHERICK, M. *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- TERRON, S. Geografia eleitoral em foco. *Em Debate*, v. 4, n. 2, p. 8-18, 2012.
- VALCARCEL, J. O. *Los Horizontes de la Geografía - Teoría de la Geografía*. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.
- WILLIE, José. 1986 PMDB prepara convenção para indicar Álvaro Dias ao governo. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=Zn8x8wSBac0>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- WILLIE, José. Alencar Furtado e a candidatura ao governo do Paraná em 1986. *umv*. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=dpCxy46x-Ok>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- WILLIE, José. 1986: Alencar Furtado se une a Ney Braga para disputar o governo contra Álvaro Dias. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AXfzPxEO3nw>. Acesso em: 25 mar. 2025.